

Com ideias e armas: o pensamento militar brasileiro após a Guerra do Paraguai*

With ideas and arms: the Brazilian military
thought after the Paraguay War

Carlos Roberto Carvalho Daróz

Historiador militar, escritor e professor, especialista em História Militar, mestre em Operações Militares e mestrando em História do Brasil, professor da Universidade do Sul de Santa Catarina e sócio-titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

RESUMO

Ao longo da história, os conflitos de grande porte produziram modificações e transformações substanciais na sociedade e nas instituições militares, atuando como vetores de modificação da tecnologia bélica, da estratégia, das táticas, da arte da guerra e do pensamento militar. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o maior conflito já ocorrido na América do Sul e obrigou o Império brasileiro a transformar seu pequeno e despreparado Exército em uma força numerosa, capaz de vencer as forças paraguaias de Solano López. Além da transformação ocorrida no Exército e na sociedade, a guerra promoveu uma modificação no pensamento militar brasileiro. O presente artigo tem por propósito analisar as mudanças ocorridas no pensamento do Exército Brasileiro após a Guerra do Paraguai, na década de 1880, por meio dos escritos publicados na Revista do Exército Brasileiro, periódico criado por um grupo de oficiais em 1882 como espaço de discussão de diversos temas inerentes às suas funções e de outras questões de interesse nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento militar, Guerra do Paraguai, Exército Imperial

ABSTRACT

Throughout history, large-scale conflicts have produced substantial changes and transformations in society and military institutions, acting as vectors for the modification of war technology, strategy, tactics, the art of war and military thinking. The Paraguay War (1864-1870) was the largest conflict ever in South America and forced the Brazilian Empire to transform its small and unprepared army into a large force capable of defeating the Paraguayan forces of Solano López. Besides the transformation occurred in the army and in society, the war promoted a modification in Brazilian military thinking. The aim of this article is to analyze the changes that occurred in the Brazilian Army after the War of Paraguay in the 1880s, through the writings published in Revista do Exército Brasileiro, a periodical created by a group of officers in 1882 as a discussion space of various themes inherent to their functions and other issues of national interest.

KEYWORDS: Military thinking, Paraguay War, Imperial Army

* Artigo recebido em 28 de agosto de 2017 e aprovado para publicação em 26 de outubro de 2017.



O NASCIMENTO DO EXÉRCITO IMPERIAL BRASILEIRO

O império ultramarino português era, por sua extensão e dispersão geográfica, bastante vulnerável a ameaças externas. Em seus três primeiros séculos de história, o Brasil sofreu invasões francesas e holandesas, a ação de corsários em sua costa, e enfrentou uma guerra limitada no sul do território contra os espanhóis.¹

Desde o final do século XVIII, o território brasileiro era defendido por forças militares divididas em duas linhas. As forças da 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em regimentos.² A 2ª linha era formada pelas milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos.³ A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível em face do treinamento deficiente e a organização precária. Por outro lado, Martinho de Melo, Secretário da Marinha e Ultramar, afirmou que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil”.⁴

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808, em consequência da invasão francesa a Portugal, e a instalação da sede do Estado português no Rio de Janeiro tiveram reflexos imediatos no campo da defesa. D. João VI encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas e, diante deste cenário, nomeou para a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que fora aluno da Universidade de Coimbra. Por intermédio do novo secretário, o regente tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General e reorganizou as unidades do Exército.

A partir de 1815, após a expulsão das tropas de Napoleão de Portugal, chegaram

ao Brasil novas unidades do Exército português. A Divisão de Voluntários d'El Rei foi enviada para a Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas que, sob as ordens do General Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no Sul do País. Para a Corte veio, em 1817, a Divisão Auxiliadora, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados a Pernambuco, Bahia e Piauí. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à Independência do Brasil.⁵

A recusa de D. Pedro em regressar a Portugal, deixando claro o seu posicionamento de insubmissão às Cortes de Lisboa, levou as tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora a traçarem um plano para conduzi-lo à força para a Europa. Ciente da ameaça, D. Pedro mobilizou a milícia, composta em sua maioria por brasileiros, que garantiu a defesa do regente. Após o “Dia do Fico”, a mesma Divisão provocou desordens no Rio de Janeiro, o que levou D. Pedro a enviá-la para Niterói e, mais tarde, visando à consolidação de sua posição, o regente expulsou a Divisão Auxiliadora, determinando seu retorno para a Europa.⁶

Após a declaração de independência, em 7 de setembro de 1822, as poucas tropas regulares portuguesas estacionadas no Brasil procuraram resistir à nova situação, particularmente nas regiões onde o controle a partir do Rio de Janeiro era mais difícil. Teve início, então, uma guerra entre os portugueses e o novo Exército Imperial Brasileiro, estabelecido com base na milícia, mas também com a adesão de oficiais e soldados portugueses que optaram pela causa da independência.

Um novo Exército surgiu para atender à defesa do novo Império. Embora tivesse desempenhado papel essencial no breve conflito contra os portugueses e assegurado a independência, o imperador tinha consciência das limitações de seu Exército, embora guardasse uma visão otimista sobre o futuro da força.

O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto

perfeitamente; de gente vai-se completando conforme o permite a população; e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo o mais exemplar do mundo.⁷

No período após a abdicação de D. Pedro em favor de seu filho ainda menor de idade, em 1831, o Império precisou enfrentar uma série de rebeliões de caráter local, ocorridas em diferentes pontos de seu território. Os regentes que governavam o País precisaram empregar o Poder Militar para sufocá-las e manter a unidade territorial do Brasil.

Para salvaguardar seu poder político, por meio de um caráter militar, o Império criou, em 1831, a Guarda Nacional, instituição presente em todas as províncias do País ligada às oligarquias regionais, que se constituía em um mecanismo de controle da população eficaz e de baixo custo.⁸ Com missão definida em lei de “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar ou estabelecer a ordem e a tranquilidade pública [...]”⁹, a guarda foi utilizada pelo governo como um contraponto ao Exército Imperial, fazendo com que a simples existência das duas instituições com finalidades análogas contribuísse para o desprestígio da última.

A legislação militar e o modelo organizacional do Exército ainda remontavam às suas origens portuguesas, o oficialato possuía vínculos com as elites por meio de relações familiares e o recrutamento era realizado à força. O descaso do Império para com o Exército tinha suas origens no período regencial, quando a Força Terrestre passou a ser vista com desconfiança pelas autoridades imperiais, em razão da participação de oficiais e soldados em motins, rebeliões, tumultos e revoltas. Pequeno e desprestigiado pelo próprio Império, o Exército carecia de ideário e identidade próprios. A Guerra do Paraguai traria mudanças irreversíveis a esse cenário.

DA GUERRA DO PARAGUAI SURGE UM NOVO EXÉRCITO

Quando os paraguaios apresaram o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que fazia a linha entre Montevidéu e Corumbá, em 12

de novembro de 1864, a situação do Exército Imperial Brasileiro não era das mais favoráveis para enfrentar um inimigo agressivo como se apresentaram os paraguaios. O descaso do governo e a falta de interesse da sociedade para com os assuntos militares haviam deixado o Exército em situação de vulnerabilidade. Os soldos eram baixos e estavam estagnados desde 1825; o recrutamento era, frequentemente, realizado à força, arregimentando desocupados e desqualificados; e o efetivo total da força era claramente insuficiente para atender às necessidades defensivas do Império.

Diante da vigorosa ofensiva paraguaia, ficou evidente que com seu tamanho reduzido o Exército Imperial não teria condições de fazer frente à ameaça, o que levou o governo brasileiro a criar o Corpo de Voluntários da Pátria, com o propósito de arregimentar a maior quantidade possível de homens.

Imaginando que o conflito não se estenderia por muito tempo e vendo na remuneração e benefícios uma forma de ascensão social, cerca de dez mil voluntários se apresentaram como Voluntários da Pátria, o que permitiu ao governo suspender o recrutamento de Guardas Nacionais, instituição em que muitos dos seus membros, ligados às elites locais, resistiam à convocação.¹⁰

O fervor patriótico inicial, contudo, se desvaneceu com o longo, custoso e sangrento desenrolar da guerra, cuja razão de baixas beirava os 40%. A diminuição do entusiasmo popular tornou o número de voluntários cada vez mais escasso, levando o governo a converter o recrutamento de voluntário para coercitivo, exigindo dos presidentes de províncias cotas de “voluntários” que deveriam recrutar e enviar para a guerra. Dessa forma, presidiários, índios, pobres das cidades, migrantes rurais, imigrantes e escravos começaram a ser recrutados à força e deslocados para o Paraguai.¹¹

Seis anos depois, o Exército retornou do Paraguai vitorioso e transformado. O convívio dos militares com os ex-escravos nos campos de batalha, até então qualificados como incapazes de partilhar e conviver com os padrões de civilidade do Império, fez-se sentir com grande intensidade no pós-guerra, levando muitos militares a ingressarem nas hostes abolicionistas.

Mesmo obtido a vitória no conflito, a imposição do poder civil sobre o militar, aspecto bastante característico da monarquia brasileira¹², desagradou os oficiais, que, atentos às mudanças de toda ordem e aos problemas da vida brasileira, não mais desejavam ficar à margem das questões sociais e políticas do País, como uma espécie de representantes legítimos da Nação. Nesse sentido, os militares exigiam uma maior participação na vida política do País e a modernização e a expansão do Exército.

Os anseios e expectativas dos militares, no entanto, não encontraram eco no governo imperial, cujo reduzido orçamento destinado à pasta da Guerra, decorrente do *déficit* econômico resultante do conflito, não permitia a implantação das reformas pretendidas, gerando grande inconformismo entre o corpo de oficiais.

A REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO E O PENSAMENTO MILITAR

O inconformismo do Exército no pós-guerra era de dupla natureza, e influiu fortemente no pensamento militar da época: filosófico-político, pela qual a força procurava determinar seu papel na sociedade em tempo de paz, e técnico-profissional, que buscava a modernização, o treinamento e a profissionalização da instituição.¹³ Sob o ponto de vista dos oficiais, não havia razões que pudessem justificar o pequeno efetivo do Exército e nem a falta de medidas para modernizá-lo.

Em meio a esse ambiente de inquietude militar, em 1881, um grupo de oficiais solicitou ao Ministro da Guerra, conselheiro Franklin Américo de Menezes Dória, a autorização para publicar uma “revista do Exército, puramente científica-militar, onde não tivesse entrada a discussão dos atos oficiais consumados”.¹⁴ Concedida a permissão pelo ministro, em 1882 foi publicado o primeiro exemplar da *Revista do Exército Brasileiro*, uma publicação técnica na qual os oficiais poderiam debater e expressar seu pensamento acerca do Exército, principalmente manifestando seu desejo de renovação, profissionalização e transformação da Força Terrestre.

Sob a direção dos Majores Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães, e do Capitão Francisco Agos-

tinho de Mello Souza Menezes, o periódico foi encampado pelo Ministério da Guerra e considerado como complemento da Biblioteca Militar. Editada anualmente, em sua primeira edição, publicada em janeiro de 1882, contava com 300 assinantes e, apesar de haver sido idealizada por oficiais, desde os primeiros exemplares contou com a colaboração dos praças, como o artigo “Armas de antecarga e armas de retrocarga”, de autoria do Segundo-Sargento Heráclito de Oliveira, publicado no exemplar de nº 2.

Apesar de nomeado como uma revista, o periódico possuía características de um livro, com cerca de 400 páginas, e era elaborado de forma colaborativa, com articulistas pertencentes ao Exército, incluindo desde sargentos até oficiais no posto de tenente-coronel, além de uns poucos civis ligados aos temas de defesa. Em seu primeiro exemplar, a publicação afirmava seu caráter endógeno, ou seja, voltado essencialmente para o público interno.

A Revista do Exército Brasileiro vem preencher, bem ou mal, uma lacuna bastante sensível – a falta de um órgão que sirva, ao mesmo tempo, de transmissor das ideias e de laço de união entre os membros do Exército. [...] É ele [o programa da revista] bastante amplo para encerrar em seus limites todos os assuntos militares, facilitando escolha à colaboração de todos os membros do Exército.¹⁵

Embora de caráter declaradamente técnico-profissional, a revista expressava o pensamento militar dos postos intermediários e subalternos do Exército, abrangendo questões nacionais, acompanhamento das modernizações nas Forças Armadas estrangeiras e, de forma sutil, questões ideológicas, que defendiam as reformas na Força Terrestre e, de certa forma, confrontavam o Império. Apesar da gama de assuntos abordados pela revista, é possível observar que o tema central era a necessidade de profissionalização e modernização do Exército, acompanhando a tendência das Forças Armadas de outros países, sobretudo europeus, tornando-o apto a defender a Pátria contra qualquer investida estrangeira.

A principal temática da *Revista do Exército Brasileiro* na penúltima década do século XIX era de cunho técnico-profissional. Nesse sentido, diversos artigos, escritos por oficiais subalternos e intermediários do Exército eram dedicados à forma como eram desenvolvidas as técnicas e táticas militares, como, por exemplo, o longo tratado “Primeiras lições de esgrima de espada”¹⁶, de autoria do Alferes de Infantaria S. J. Gonçalves; “Memórias da Guerra do Paraguai”¹⁷, do Capitão reformado Manuel Calmon e no qual se destacavam as lições aprendidas no conflito; e “Notas sobre a artilharia de costa”, elaborado pelo Capitão de Artilharia Arthur de Moraes Pereira, no qual eram problematizadas questões essencialmente técnicas

Com o canhão de 26cm, atirando projetis de 3,6 calibres de comprimento, pesando 276kg, alcança-se, com a carga de projeção de 87kg, a velocidade inicial de 518m [por segundo], sendo a pressão n'alma do canhão¹⁸ de 2.557 atmosferas.¹⁹

Outro tema técnico-tático bastante presente na revista era o emprego militar das ferrovias, novidade introduzida na arte da guerra por ocasião da Guerra Civil Americana (1865-1870) e da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). No artigo nomeado “Reconhecimento militar das estradas de ferro”, publicado em 1885, o Major de estado-maior L. Chagas Dória pontuava que

A experiência dos últimos acontecimentos militares tem bem demonstrado que era verdade e até no Brasil já foi ela presentida [...] providenciado para que oficiais do Corpo de Engenheiros [...] fossem praticar na repartição geral dos telégrafos do Estado e junto às diretorias de estradas de ferro em construção, a fim de desempenharem qualquer emergência nos deveres que lhes cabem [grifos nossos].²⁰

Conforme se pode observar na publicação, os oficiais do Exército estavam atentos às modernidades dos conflitos recentes, ainda que a rede ferroviária brasileira fosse incipiente.

Os problemas, questões e potencialidades nacionais também eram abordados pela *Revista do Exército Brasileiro*, como a série de artigos elaborada por um dos diretores da revista, o Major de Engenharia Jacques Ourique, intitulada “Colônias e estradas militares”²¹, na qual o oficial analisava os aspectos geográficos e estratégicos de diversas localidades no interior do País, inclusive na Amazônia. Outros trabalhos com abordagem que privilegiava o estudo das potencialidades brasileiras foram publicados, como “Estrada de União a Palmas”²², do Capitão de estado-maior Bellarmino de Mendonça, e “Análise das terras dos campos do Rio Grande do Sul”²³, que estudava o potencial agrícola do estado meridional do Brasil.

Mirando no que de mais moderno havia no mundo no que diz respeito à condução da guerra, a *Revista do Exército Brasileiro* realizava o acompanhamento das inovações introduzidas nos principais Exércitos do mundo, na seção INFORMAÇÕES, na qual eram transcritos artigos das revistas estrangeiras congêneres. Trabalhos como a “Reorganização do Exército do Egito”, a “Nova organização da artilharia da Itália”, “As estradas de ferro e telégrafos da Áustria”, a “Ordenança da infantaria francesa”²⁴ e “Considerações militares sobre a defesa estratégica da República Argentina” eram presentes nas páginas do periódico.

Apenas como exemplo, transcrevemos aqui um artigo publicado no exemplar nº 5 da revista abordando a situação do corpo de oficiais do Exército alemão pós-Guerra Franco-Prussiana:

INFORMAÇÕES – Transcrição da revista militar europeia: Segundo a *Deutsch Heeres Zeitung*, o Exército vai envelhecendo muito, especialmente a demora resultante na promoção é notável nos postos de primeiro-tenente, capitão e oficial superior [...].²⁵

Apesar do acompanhamento da situação militar no estrangeiro, vozes na revista asseveravam que o Exército deveria ter o cuidado em buscar um modelo próprio, adequado à situação do País, como o Tenente-Coronel Sena Madureira que, mais tarde, desempenharia papel destacado na Proclamação da República:

A comissão tinha de optar, ou por uma organização semelhante às fortes organizações militares da Europa, guardada a proporção devida à diferença da quota da população e dos recursos do País, ou por uma organização especial adequada às necessidades de uma nação nova, sem tradições antigas, de um território tão vasto quanto destituído de habitantes, onde a presença da tropa de linha infelizmente ainda se supõe indispensável em muitos pontos para fazer do império da lei uma realidade.²⁶

Para além dos assuntos técnico-profissionais, os editores da revista consignaram várias críticas ao governo e à sociedade, particularmente pela falta de compreensão e de ação no sentido de modernizar o Exército. Com relação ao aumento de efetivo pretendido, Sena Madureira posicionou-se da seguinte forma:

Não se tendo ainda discutido nas duas casas do parlamento, nem sido convertida em lei do Estado a proposta reorganizadora de nossas fileiras, julgamos não ser fora de propósito externar as dúvidas que nutrimos sobre a excelência de suas principais disposições e as vantagens que resultariam, para o País e para o próprio Exército, de sua adoção definitiva. [...] A determinação do algarismo que deve atingir o efetivo do Exército permanente depende da cifra da população do País, dos recursos deste, do caráter, dos hábitos e do espírito militar de seus habitantes, das tradições em honra entre eles, da extensão e configuração de suas fronteiras, da maior ou menor facilidade da defesa destas, da índole, aspirações políticas, da organização militar e dos recursos, em suma dos estados vizinhos.²⁷

No editorial do nº 4 da revista, a urgência de reformas na instituição foi claramente exposta com uma forte crítica à sociedade e à classe política:

Em um País como o nosso, que julga que um Exército só se

faz mister quando o inimigo lhe bate arrogante às portas, que não aquilata ainda devidamente o merecimento militar, [...], certo, que os quatro anos da nossa revista só devem exprimir a experiência de um século de lutas, de prejuízos e de desconfortos indizíveis.²⁸

O posicionamento manifesto pela revista deixou transparecer o descontentamento de parcela do estamento militar que culminou com uma série de confrontos entre militares e autoridades civis. Designados em conjunto como Questão Militar, esses embates terminaram por contribuir para a Proclamação da República, em 1889, e tiveram como um dos protagonistas o próprio Tenente-Coronel Sena Madureira.

Voltando-se para as questões profissionais, em 1885 o Capitão de Cavalaria Martinho da Silva expressou suas ideias acerca da reorganização do Exército e da impossibilidade de se improvisar uma transformação durante um conflito:

Não há de ser quando soar a hora em que a honra da Pátria imponha-nos o dever de defendê-la, que possamos prepará-lo [o Exército], como se ele pudesse então ser improvisado, e, desta sorte, assegurar a nossa integridade.²⁹

Mas, se os editores da revista dirigiam suas reclamações à sociedade e à classe política, também, pelo menos uma vez, criticaram o corpo de oficiais, ainda que de forma disciplinada, ao reclamarem da diminuição do número de assinantes e da falta de apoio no seio do oficialato, segundo eles, pela falta de estímulo institucional para o aperfeiçoamento profissional:

Hoje podemos afirmar que no Exército Brasileiro não se lê. Pelas assinaturas da nossa revista, pode-se calcular a percentagem dos oficiais que estudam em 10% [...] O oficial brasileiro não lê porque não o estimulam a ler, porque não tem necessidade de ler.³⁰

Diante de tantos questionamentos e inconformismos, selecionamos um texto que,

embora inserido em um artigo sobre assunto técnico-logístico, “Fardamento – roupas brancas e acessórios”, traduz de forma inequívoca o caráter da *Revista do Exército Brasileiro* na década que antecedeu a Proclamação da República e caracterizou o pensamento militar de significativa parcela do Exército:

Esqueçamos, abandonemos a idolatria do passado; suprimamos tudo que não é exigido para o serviço da guerra; e, embora com o desagrado da tradição, vamos avante [...].³¹

A Guerra do Paraguai deu origem a um Exército novo, vitorioso e cômico de sua importância para a sociedade. Um pensamento militar inovador se consolidava no meio militar em busca de modernização e profissionalização do Exército, e a *Revista do Exército Brasileiro* contribuiria para difundir essa nova ideologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Paraguai modificou de maneira irreversível o Exército que, após a vitória

e de retorno ao Brasil, estava mais ciente das questões nacionais e passou a reivindicar maior atenção por parte do Governo Imperial.

A *Revista do Exército Brasileiro*, em que pese o apoio institucional, constituiu uma iniciativa de baixo para cima na hierarquia militar, registrando a visão interna de significativa parcela do oficialato no pós-guerra. A análise dos artigos nela publicados permite verificar como foi utilizado esse espaço para discussão de ideias e estudo de problemas de interesse dos oficiais, particularmente no que diz respeito aos anseios de modernização e profissionalização da instituição.

A mudança do pensamento militar, contudo, não foi compreendida e assimilada pelo Império, e as reformas pretendidas somente chegariam ao Exército com a República, nas gestões dos Ministros Medeiros Mallet e Hermes da Fonseca.³² Não por acaso, muitos oficiais do Exército se lançaram às causas abolicionista e republicana, levando o Exército a uma condição de protagonista na Proclamação da República, em novembro de 1889. A partir de então, o Exército passou a estar intrinsecamente associado à história política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África* (1808-1930), v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39.

ANÁLISE de terras dos campos do Rio Grande do Sul, *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1º. *Coleção de Leis do Império* 1830-1831.

CALMON, Manuel. Memórias da Campanha do Paraguai. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.

CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 11, p. 30-51, 2013.

- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DÓRIA, Chagas. Reconhecimento militar das estradas de ferro. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Primeiro. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882.
- _____. – Ano Segundo. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883.
- _____. – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- ESTADO-MAIOR do Exército. *História do Exército Brasileiro*, v.2. Brasília: 1972.
- FARDAMENTO – Roupas brancas e acessórios. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Terceiro. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1884.
- MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Primeiro. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882.
- MENDONÇA, Bellarmino. Estrada de União a Palmas. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quinto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- OURIQUES, Alfredo Jacques. Colônias e estradas militares. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- PEREIRA, Arthur de Moraes. Notas sobre a artilharia de costa. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- SILVA, Martinho. Reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro* – Ano Quarto. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885.
- RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.308.

NOTAS

¹ Cf. José Murilo de Carvalho (1999, p.155-156) a “guerra com os índios e a defesa da colônia contra a ameaça de outras potências, sobretudo a Espanha, a Holanda e a França, eram tarefas custosas que deixavam poucos recursos para investir na exploração dos novos territórios, pelo menos até a descoberta do ouro ao final do século XVII. Por um período de 60 anos (1580-1640), a autonomia da metrópole desapareceu sob o domínio espanhol. Durante esse período, os holandeses ocuparam a parte mais rica da colônia. Libertar-se da Espanha e expulsar os holandeses foram tarefas adicionais que exauriram ainda mais a metrópole.”

² WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.308.

³ DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da Guerra de Independência. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 11, p. 30-51, 2013, p.31.

⁴ RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001, p.21.

⁵ DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas ..., p.35.

⁶ ALEXANDRE, Valentim. O processo de Independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). *História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)*, v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39, p. 34.

- ⁷ ESTADO-MAIOR do Exército. *História do Exército Brasileiro*. v.2, Brasília: 1972, p. 435.
- ⁸ CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988, p. 39.
- ⁹ BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831, Artigo 1^a *Coleção de Leis do Império 1830-1831*, p. 50.
- ¹⁰ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.114.
- ¹¹ Para saber sobre o recrutamento forçado e o recrutamento de Guardas Nacionais e de escravos, ver IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2002 e SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ¹² Para saber sobre o rígido controle civil sobre os militares no Segundo Reinado, ver CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ¹³ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p.147.
- ¹⁴ EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Segundo*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883, p.1.
- ¹⁵ EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882, p. 5.
- ¹⁶ *Revista do Exército Brasileiro*, diversas edições.
- ¹⁷ CALMON, Manuel. Memórias da Campanha do Paraguai, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.5.
- ¹⁸ Termo técnico empregado na artilharia para designar o interior do tubo do canhão.
- ¹⁹ PEREIRA, Arthur de Moraes. Notas sobre a artilharia de costa. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.135.
- ²⁰ DÓRIA, Chagas. Reconhecimento militar das estradas de ferro, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.222.
- ²¹ OURIQUES Alfredo Jacques. Colônias e estradas militares, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.201.
- ²² MENDONÇA, Bellarmino. Estrada de União a Palmas, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886, p.54.
- ²³ ANÁLISE de terras dos campos do Rio Grande do Sul, *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p.180.
- ²⁴ Os artigos “Reorganização do Exército do Egito”, “A nova organização da artilharia da Itália”, “As estradas de ferro e telégrafos da Áustria”, “A Ordenança da infantaria francesa”, transcritos de revistas dos países de origem, encontram-se publicados na *Revista do Exército Brasileiro – Ano Segundo*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1883. O artigo “Considerações militares sobre a defesa estratégica da República Argentina”, escrito pelo Coronel J. E. Czetz, do Exército argentino, foi publicado na *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886.
- ²⁵ INFORMAÇÕES. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quinto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1886, p. 119.
- ²⁶ MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Primeiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1882, p. 200.
- ²⁷ MADUREIRA, Antônio de Sena. A reorganização do Exército ..., p. 199.
- ²⁸ EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 3.
- ²⁹ SILVA, Martinho. Reorganização do Exército. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 42.
- ³⁰ EDITORIAL. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Quarto*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1885, p. 3.
- ³¹ FARDAMENTO – Roupas brancas e acessórios. *Revista do Exército Brasileiro – Ano Terceiro*. Rio de Janeiro: Typographya da Revista do Exército Brasileiro, 1884, p. 27.
- ³² Durante suas gestões como ministros da Guerra, os Marechais João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1898-1902) e Hermes da Fonseca (1906-1908) promoveram reformas estruturais no Exército que incluíram, dentre outras medidas, a modernização do ensino militar, a reformulação do Estado-Maior, a criação de serviços técnicos e administrativos, a implantação do serviço militar obrigatório e a aquisição de armamento na Europa.